



Olá a todos/as,

Conscientes que todos/as são bem conhecedores/as das adversidades atuais que a profissão de intérprete de língua gestual portuguesa (LGP) atravessa, mas permitam que vos partilhemos o seguinte.

A ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, tem 12 anos de luta cívica persistente e direciona a sua missão para a defesa dos direitos dos/as intérpretes de LGP – dignificação da profissão, melhoria de condições de trabalho e aumento da empregabilidade – não descurando a importância de potenciar a acessibilidade e inclusão social da comunidade surda. A ATILGP, tem movimentado esforços no sentido de clarificar e valorizar a profissão dos/as seus/as associados/as junto de diferentes órgãos/organismos, de forma a conseguir respostas satisfatórias às necessidades destes/as.

Bem sabemos e sentimos que durante esta situação delicada e excecional que o país atravessa, estamos condicionados/as ou limitados/as na batalha em prol dos nossos objetivos, mas podemos e temos o dever de preservar os ideais desta Associação: determinação, rigor e transparência na procura da valorização profissional do/a intérprete de LGP.

Assim, os esforços que movimentamos enquanto ATILGP centram-se nos assuntos mais prementes debatidos nas dinâmicas e movimentos sociais, políticos e associativos relacionados com a profissão, nomeadamente:

1. A proposta de revisão da Lei n.º 89/99 de 5 de julho.
2. A criação de uma carreira profissional própria.
3. A contratação de intérpretes de LGP para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).
A ATILGP integra o Acordo-Quadro de Serviços de Intérprete e Tradução na Área da Saúde. Donativo de 100 horas de interpretação ao SNS em resposta ao COVID-19 (remuneradas pela ATILGP).
4. A presença do/a intérprete de LGP na comunicação e nas dinâmicas educativas com encarregados de educação surdos em escolas que não são de Referência para a Educação Bilingue.
5. A contabilização como experiência profissional do tempo de serviço das funções de intérprete de LGP prestadas no Ensino Superior.



6. A presença impreterível do/a intérprete de LGP na formação contínua dos/as docentes surdos/as de LGP.
7. A necessidade de cumprimento do Decreto-Lei n.º 40/2016.
8. A inclusão da profissão na base de dados relativa às habilitações de nível superior, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Exercer esta profissão requer muita paixão, dedicação, garra e, por isso, agradecemos a quem não desiste e segue em frente connosco – agradecemos a todos os partidos políticos: Partido Socialista (PS); Partido Comunista Português (PCP); Partido Pessoas - Animais - Natureza (PAN); Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV); Partido Chega (CH); Partido Iniciativa Liberal (IL), que se demonstraram disponíveis para reunir e considerarem as nossas intenções/preocupações na elaboração de proposta do Orçamento de Estado para 2020. Sendo que algumas estão espelhadas na Lei n.º 2/2020 de 31 de março, publicada em Diário da República.

Continuaremos a dar o nosso melhor por aquilo a que nos propusemos desde o início, da melhor forma que conseguirmos, na esperança de que todos/as se possam sentir bem representados/as pela ATILGP.

Estamos ao vosso dispor, certos de que neste momento frágil todos/as continuam a dar o seu melhor profissionalmente para que a acessibilidade seja uma constante, à semelhança dos profissionais de outras áreas que saem das suas casas, para que nada nos falte.

Cuidem-se e protejam-se.